

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

A Lei Eleitoral é uma Lei estruturante do sistema político, pelo que não pode ser instrumentalizada com objectivos partidários

Editorial

Tempos de Crise

A crise financeira que se abateu sobre o mundo é um prenúncio de que os tempos difíceis vieram para ficar. Instituições centenárias como o Lehman Brothers, o quarto maior banco de investimento do mundo, foram à falência. As autoridades financeiras nacionais injectam liquidez no mercado com vista a acalmar os ânimos e a relançar a economia. Ou então, como sucedeu recentemente nos EUA, com o Fannie Mae e Freddie Mac, recorrem à nacionalização.

O mundo está mesmo perigoso!

Por cá, o Governo hibernou e desapareceu de cena perante a iminência de borrasca.

Ninguém vê José Sócrates a falar de crise. Ninguém ouve Manuel Pinho a falar de economia.

Em tempos de crise, avulta o desgoverno deste Governo.

Mais palavras para quê?

Jorge Neto



Manuela Ferreira Leite, sobre as propostas restrições do PS ao voto dos emigrantes

Destaques:

- **Sócrates trabalha para as “estatísticas a martelo” na Educação**
- **O «Estatuto dos Açores» e a entrevista do Presidente da República, sintomas de uma questão política “grave”**
- **Luís Rodrigues, Hugo Velosa e Rosário Águas recusam deixar cair “Skylander” no esquecimento irresponsável**

Em “Actividades do PSD”

Em “Actividades da Presidente”

Em “Notícias de Évora”

Manuela Ferreira Leite acusa PS de instrumentalizar Lei Eleitoral

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, considera que o PS quer distorcer o voto da emigração nas legislativas, proibindo o voto por correspondência. Por isso, e de acordo com Ferreira Leite, o PSD vai apelar «a todas as instâncias» para impedir essa alteração legislativa que o PS apresentou no Parlamento.

Para Manuela Ferreira Leite, o PS está a agir com «objectivos político», ao distorcer o resultado das eleições dos deputados da Europa e de fora da Europa, na medida em que «passam a ser deputados eleitos com meia dúzia de votos». (Fonte: Lusa)

A Presidente deu uma conferência de Imprensa, na Sede nacional, na qual fez a seguinte declaração:

«1. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou e fez agendar um projecto de lei para alterar a Lei Eleitoral para a Assembleia da República que restringirá de forma inaceitável o direito de voto dos emigrantes portugueses.

2. O Partido Socialista pretende acabar com o direito de voto por correspondência para só admitir o voto presencial.

Ora, o voto por correspondência está consagrado há mais de trinta anos e sempre tem funcionado com todas as garantias de transparência e fiabilidade.

3. Esta proposta é apresentada sem qualquer razão válida e sem que tenha ocorrido qualquer facto que a justificasse.

4. Ora, a obrigatoriedade de o voto ser presencial implica para os eleitores emigrantes percorrer longas distâncias, nalguns casos, milhares de quilómetros, uma vez que os Consulados são em número cada vez menor.

É evidente que, na prática, o voto presencial impede os emigrantes de participar na eleição dos Deputados do seu Círculo Eleitoral que passariam a ser eleitos por um número muito restrito de eleitores.

5. É verdadeiramente estranho e singular que, numa altura em que tanto se fala da introdução do voto electrónico, da promoção da participação política e da necessidade de ligação às comunidades portuguesas, se esteja a querer recuar nos processos de votação.

6. Não pode aceitar-se, como faz o Partido Socialista, o paralelo com as eleições presidenciais, onde não



está em causa a directa e exclusiva representação dos emigrantes e, mesmo esse paralelo, é errado, porque quando se mexeu na lei eleitoral para o Presidente da República foi no sentido de alargar o voto aos emigrantes e não de restringir.

7. Daí que, o que se poderia discutir nesta matéria era a extensão do voto por correspondência às eleições

presidenciais e nunca a sua eliminação nas legislativas.

Seria portanto uma alteração em sentido contrário ao que se está a propor.

8. Mais, se fosse uma questão de uniformização, esse critério seria aplicado também às eleições europeias, onde se mantém o voto por

correspondência.

9. Se esta Lei não é para modernizar, se não é para facilitar a vida aos emigrantes, se não é para responder a qualquer facto ocorrido, se não é para uniformizar critérios, só pode ter objectivos políticos.

Ora, não é aceitável a instrumentalização das Leis da República à luz de interesses



partidários de momento.

10. Trata-se de um projecto que constituiria um rude golpe na capacidade cívica dos emigrantes portugueses que não podemos aceitar.

11. Esperamos que o Partido Socialista entenda que estão em causa direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

12. Que se trata de uma matéria de Estado em que o Partido Socialista não pode impôr a sua maioria para intervir de forma unilateral.

13. A Lei Eleitoral é uma Lei estruturante do sistema político pelo que não pode ser instrumentalizada com objectivos partidários.

14. Por isso, desde já afirmo que o PSD se opõe a esta alteração, votará contra e apelará a todas as instâncias para que esta Lei não prossiga.

Uma Lei destas não pode ser aprovada.

O PSD não deixará de lutar pelos direitos dos emigrantes, em particular pelo seu direito ao voto.» - **Gab. MFL**

Uma jogada política do PS?

Na emigração, perante a indiferença geral (por cá, porque na emigração os protestos chovem), o PS prepara-se para acabar com o voto por correspondência, que nunca foi controverso, e é uma prática comum em vários países mais que democráticos para condições em que o voto presencial exige longas

deslocações. Se se tiver em conta o encerramento de muitos consulados (e já agora, porque se está a lidar com um processo de má fé, que garantias temos que o encerramento dos consulados não obedece também a uma geografia eleitoral destinada a favorecer o PS?), isto significa que muitos emigrantes não vão poder votar a não ser que estejam dispostos a longas viagens. Como medida de integração dos emigrantes na vida política portuguesa é brilhante como se vê, mas parece que obedece ao cálculo de que cada deputado conta e na emigração onde o PSD tem peso eleitoral, há que diminuir as hipóteses do PS perder posições.

Encolhamos os ombros a isto, porque “não é a notícia do dia”, como ouvi na SICN, mais uma vez no excelente exercício de não julgar as coisas pelo seu conteúdo e mérito, mas apenas pela sua “oportunidade” mediática. O PS agradece. - *Pacheco Pereira, in “Abrupto”*

A entrevista do Presidente da República sobre o Estatuto dos Açores, aborda uma questão política “grave”

No passado dia 12, o PSD considerou de “enorme importância” a entrevista do Presidente da República sobre o Estatuto Político Administrativo dos Açores, reiterando que se trata de uma questão política “grave”.

“A entrevista do Presidente da República foi lida com toda a atenção. É de uma enorme importância dada a

gravidade da questão política que lhe está subjacente”, disse à Lusa fonte do gabinete da líder do PSD, Manuela Ferreira Leite.

A mesma fonte salientou que a presidente social-democrata “foi muito clara” quanto à posição do partido nas declarações que fez imediatamente após a comunicação ao país de Cavaco Silva sobre a mesma matéria, a 31 de Julho.

Nesse dia, a líder do PSD considerou “graves” as questões levantadas pelo chefe de Estado na sua comunicação ao país, “no sentido em que têm implicações com as atribuições do Presidente da República”, e garantiu que iria sensibilizar o seu grupo parlamentar para os alertas presidenciais.

Hoje, Cavaco Silva admite, em entrevista ao Público, utilizar o veto político se as alterações ao Estatuto dos Açores não responderem às suas dúvidas e divergências sobre o equilíbrio de poderes entre os órgãos constitucionais.

Cavaco Silva diz ter ao longo do processo manifestado a dirigentes partidários as suas divergências político-institucionais sobre o que considera ter sido uma tentativa de limitar o exercício dos poderes do Presidente da República, tendo recebido sinais de “grande compreensão”.

“Convenci-me, porque as conversas [com dirigentes políticos da maioria e da oposição] foram sempre no mesmo sentido, que os problemas seriam resolvidos antes do dia da votação. Não foi isso que aconteceu”, referiu.

Cavaco Silva solicitou ao Tribunal

Constitucional, a 04 de Julho, a fiscalização preventiva da constitucionalidade do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, aprovado por unanimidade na Assembleia da República a 11 de Junho.

O Tribunal Constitucional declarou oito normas inconstitucionais a 29 de Julho, obrigando à devolução do diploma ao Parlamento.

Dois dias depois, numa declaração ao país, Cavaco Silva alertou para a possibilidade de o novo Estatuto dos Açores colocar em causa a separação de poderes e as competências dos órgãos de soberania consagrados na Constituição.

O Estatuto Político Administrativo dos Açores vai voltar a ser discutido no Parlamento a 25 de Julho e a bancada socialista, além de corrigir as oito normas declaradas inconstitucionais, já anunciou que irá propor uma alteração numa das matérias que Cavaco Silva abordou na comunicação ao país.

Embora mantenha a proposta de audição pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional em caso de dissolução, o PS “deixa cair” essa obrigação antes da nomeação ou exoneração do Representante da República na região, dado que este é um cargo que depende directamente do chefe de Estado.

Um “Congresso extraordinário” no início de 2009 é “coisa sem sentido”

O vice-presidente do PSD António Borges considerou que “não faz qualquer sentido” a realização de um congresso extraordinário no primeiro trimestre de 2009, conforme sugeriu Luís Filipe Menezes.

António Borges falava aos jornalistas à margem de uma reunião com a delegação da CAP, na sede do partido, reiterando que o PSD não tenciona pronunciar-se sobre a matéria.

“Temos um único objectivo que é o de nos prepararmos para o combate decisivo no próximo ano com o Partido Socialista, tudo o resto é completamente marginal”, afirmou.

Questionado sobre as declarações de Paulo Pedrosa em entrevista à TSF, em que defende que se o PS não conquistar a maioria absoluta em 2009 não deve descartar a hipótese de formar governo com o PSD, António Borges escusou-se a comentar, mas sublinhou que esse cenário “não está de todo em cima da mesa”

“Não devemos fazer comentários sobre questões internas do PS que estão a ser debatidas no quadro do PS. Do nosso ponto de vista esse cenário não está de todo em cima da mesa, mas deixe lá o PS pensar o que quer fazer com o seu futuro”, foram os seus únicos comentários.

- Fonte: Lusa





PSD vai pedir explicações a ministro sobre medidas “extremamente lesivas” para os agricultores



O PSD anunciou que tenciona “pedir explicações” ao ministro da Agricultura, Jaime Silva, que acusou de tomar medidas “extremamente lesivas” para os agricultores portugueses.

“Temos a obrigação de pedir explicações, constantemente”, afirmou o vice-presidente social-democrata, António Borges, sem esclarecer no entanto se é intenção do partido chamar o ministro ao Parlamento.

No imediato, o PSD considera imperioso “que o Governo volte atrás em medidas que tomou que são extremamente lesivas para a agricultura, que não são justificadas, em particular, as medidas agro-ambientais, a electricidade verde e a própria modulação”.

“Era preciso também que houvesse uma política completamente diferente de abertura no que respeita ao PRODER para que os agricultores soubessem com o que podem contar, como se podem candidatar, como podem apresentar as suas propostas e em que quadro”, defendeu António Borges.

No âmbito do PRODER, o social-democrata acusou o Executivo de “ao fim de dois anos de aplicação do programa, existirem sectores importantes que não estão sequer regulamentados”.

“Há aqui um quadro de incerteza enorme e é preciso outra clareza e era muito importante que, para reforçar a sua capacidade de negociação sobre o futuro da política agrícola, o

Governo dialogasse mais com os próprios agricultores e ouvisse o que eles têm a dizer para ter uma posição mais séria e mais construtiva em Bruxelas”, defendeu António Borges reiterando o total apoio do PSD aos agricultores.

O PRODER é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, para o período 2007-2013, aprovado pela Comissão Europeia, em 4 de Dezembro.

Co-financiado pelo FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural aproximadamente em 3,5 mil milhões de euros, envolve uma despesa pública de mais de 4,4 mil milhões de euros. – **Fonte: Lusa**

Sócrates trabalha para as “estatísticas a martelo” na Educação

O PSD acusou o primeiro-ministro, José Sócrates, de fazer propaganda com as estatísticas do ensino e contestou que tenha havido um progresso na educação, defendendo que os resultados se devem a “medidas facilitistas” e “aprovações administrativas”.

A posição do PSD foi transmitida pelo deputado social-democrata Pedro Duarte, que considerou que os mais prejudicados pela política educativa do Governo são os mais pobres, porque “aqueles que podem recorrer ao ensino privado podem ter acesso a um ensino

de qualidade e exigente”.

Pedro Duarte acusou por isso o Governo de seguir uma política “muito pouco socialista”.

“O PSD gostaria de denunciar e manifestar a sua indignação por mais uma acção de propaganda a que hoje o país assistiu por parte do senhor primeiro-ministro”, declarou Pedro Duarte aos jornalistas, no Parlamento.

O deputado social-democrata referia-se aos resultados escolares do ano lectivo 2007/2008 hoje apresentados por José Sócrates e pela ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues.

“O Governo anunciou que no ano passado tivemos os melhores resultados ou pelo menos o menor número de reprovações no nosso ensino na última década”, assinalou Pedro Duarte.

“Eu creio que hoje caiu a máscara da política educativa deste Governo. Ficámos a perceber sem qualquer dúvida que as medidas que o Governo tem vindo a tomar na área educativa não mais visavam do que este número mediático, do que esta encenação e esta fantasia estatística”, sustentou, em seguida.

Segundo o ex-secretário de Estado da Juventude, “estes resultados devem-se única e exclusivamente a um conjunto de medidas facilitistas que este Governo tem vindo a tomar nos últimos meses e que naturalmente não poderiam deixar de conduzir a estes resultados estatísticos”.

“São aprovações que por vezes não passam de aprovações administrativas”, reforçou Pedro Duarte.

“Foi este Governo que criou incentivos especiais aos professores e às escolas indexando as notas que dão aos seus alunos aquilo que é a sua avaliação e portanto também à progressão na sua carreira”, apontou.

Pedro Duarte salientou também que “foi este Governo que acabou com as provas globais no 9º ano” e “com exames nacionais como o exame de filosofia no 12º ano” e que “aprovou um Estatuto do Aluno que não consagra as faltas injustificadas”.

“Foi este Governo que aprovou cursos de formação no âmbito do programa Novas Oportunidades como por exemplo um curso de jogador de futebol que dá equivalência ao 9º ano”, acrescentou.

O ex-presidente da JSD alegou ainda que “os exames nacionais foram

unanimemente considerados por todos os especialistas como mais fáceis do que em qualquer outro ano”, concluindo: “Assim é fácil termos resultados e termos muitas aprovações”.

Contestando o balanço feito pelo primeiro-ministro, Pedro Duarte contrapôs que com o actual executivo “diminuiu a exigência no ensino” e “aumentou a violência e o desrespeito pelos professores”.

O deputado social-democrata acusou o Governo do PS de ter uma política educativa “muito pouco socialista”, de “insensibilidade social e de injustiça social”, em nome de “interesses meramente conjunturais e eleitoralistas”.

De acordo com Pedro Duarte, “os principais afectados por este nivelamento por baixo da qualidade e da exigência do nosso ensino são aqueles que menos podem, porque aqueles que podem recorrer ao ensino privado podem ter acesso a um ensino de qualidade e exigente”, uma vez que “muitas escolas privadas felizmente não estão a cair nesta tentação do facilitismo”.

– **Fonte: Gab. Imp. P/PSD**

Montalvão Machado critica Governo e PS pelo “atraso” na reforma da lei-quadro do sistema prisional

O deputado do PSD Montalvão Machado criticou o Governo e o PS pelo “atraso” na reforma da lei-quadro do sistema prisional, que considerou indispensável para o reforço da segurança dos cidadãos.

Anunciando a discussão do diploma do PSD que visa a reforma do sistema prisional para dia 26 de Setembro, Montalvão Machado defendeu que “a boa regulamentação” daquela matéria “é indispensável” e criticou o Governo e o PS por não terem feito “absolutamente nada” desde 2005.

Numa declaração política na comissão permanente (que substitui o plenário em período de férias parlamentares), o deputado social-democrata considerou que “em termos de segurança, Portugal está verdadeiramente doente”.

“A reforma do sistema prisional é um ponto de partida e é também uma alavanca que se relaciona com as questões da segurança”, defendeu. –

Fonte: Gab. Imp. PSD



Duarte Freitas e Sérgio Marques querem discriminação positiva para a modernização e renovação das frotas de pesca de Açores e Madeira

A Comissão Europeia lançou recentemente uma Proposta de Regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 639/2004 relativo à gestão das frotas de pesca registadas nas regiões ultraperiféricas da Comunidade.

Em causa está a prorrogação por um ano de um conjunto de medidas derogatórias que permitem a concessão de apoios públicos à renovação e modernização das frotas de pesca da Regiões Ultraperiféricas.

Duarte Freitas, membro efectivo da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu, explicou que “o acto da Comissão que autoriza os Estados-Membros em causa a conceder auxílios estatais foi adoptado mais tarde do que o previsto e, atendendo a que os estaleiros navais interessados têm uma capacidade limitada, foi impossível assegurar a execução integral do acordo político celebrado no Conselho de 19 de Junho de 2006 antes do prazo de 31 de Dezembro de 2008, pelo que, neste momento a Comissão Europeia propôs a prorrogação deste prazo para 31 de Dezembro de 2009”

Tanto Duarte Freitas como Sérgio Marques consideram que “Açores e Madeira, dadas as suas particularidades e constrangimentos específicos, inerentes aos condicionamentos e às desvantagens estruturais permanentes a que as regiões ultraperiféricas estão sujeitas, reconhecidos no artigo 299º do Tratado, devem ser alvo de um tratamento diferenciado no que diz respeito à reestruturação das suas frotas de pesca”

Para os dois deputados europeus “A situação dos pesqueiros ao largo destas regiões está controlada e dentro dos limites biológicos de segurança, longe portanto das situações de sobreexploração que se verificam noutras áreas de pesca da UE.”

Dado o cenário de desenvolvimento sustentado que estas regiões enfrentam, Duarte Freitas e Sérgio Marques consideram que “as medidas específicas do presente regulamento



não deverão ser limitadas no tempo.”

Nesse sentido, apresentaram uma proposta de alteração conjunta ao texto base da Comissão Europeia que pretende que “as derrogações

previstas na alínea a) do nº 1 do artigo 9.o do Regulamento (CE) n.º 2792/1999, se mantenham por tempo indeterminado devendo apenas ser interrompidas se os estudos e conclusões do CIEM e

Conselhos Consultivos Regionais (RAC's) para as regiões consideradas evidenciarem essa necessidade.”

—Duarte Marques, n/ correspondente

Portugueses em destaque no European Ideas Network

João de Deus Pinheiro, José Silva Peneda, actuais Deputados europeus do PSD e Arlindo Cunha Ex Eurodeputado integram o painel de oradores das jornadas de reflexão do “European Ideas Network” o Think Tank oficial do Partido Popular Europeu, a maior família política do Parlamento Europeu (PE).

Deputados europeus e nacionais, Primeiros-Ministros e outros membros de Governos do PPE, estarão de 18 a 20 de Setembro em Fiuggi, Itália, para debater o futuro do Mundo e da Europa sob o tema “The World in 20025: The Place for Values in an Uncertain World”.

João de Deus Pinheiro, Vice-Presidente do PPE-DE presidirá ao painel sobre os “Desafios da Política Externa europeia”, que terá lugar no segundo dia de trabalhos.

José Silva Peneda, Relator do PE para o Modelo Social Europeu, é um dos oradores do debate sobre o “Emprego, Capacidades e Capital Humano” que também terá lugar no segundo dia, sexta-feira.

Arlindo Cunha, que enquanto Deputado europeu foi Relator do PE para a Reforma da Política Agrícola Comum participará como orador no debate sobre a “Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar”.

Todos os debates poderão ser acompanhados online em: <http://www.epp-ed.eu/home/pt/default.asp> - Duarte Marques, correspondente PL

É a vida, Zé!

Ricardo Rio (*)

Desta feita, o Zé estava a encarar o final de mais um Verão com estranho alívio.

Mais do que a satisfação pela complacência que S. Pedro tivera para com as florestas e matas do seu País ou a satisfação que registava pela impossibilidade de mergulhar nas multidões que desaguaram na Costa Algarvia em período de contenção com as despesas de férias dos nativos, Zé sentia que o Outono teria que ser para ele um período de reflorescimento.

Afinal, nada poderia superar as agruras daquele Verão cinzento.

Para trás, concluído o curso de engenharia, vira-se integrado no êxito do Plano Tecnológico que tanto acarinhara, engrossando as estatísticas de criação de emprego que meticulosamente construía, tendo sido contratado por uma empresa de vanguarda de um dos mais dinâmicos clusters nacionais: o sector dos call-centers.

As condições de trabalho até não eram más e estavam em linha com o espírito da flexisegurança que bebera dos exemplos nórdicos que lera nas últimas férias. Puderam optar pelo horário de trabalho, quer na duração (5, 6 ou 8 horas), quer no período (manhã, tarde e noite/madrugada) e até beneficiaram de um contrato de trabalho – coisa rara

para a maior parte dos jovens licenciados da sua lusa pátria –, com pagamento de férias e outras regalias.

Mesmo o vencimento estava muito acima do salário mínimo nacional, bem na média dos rendimentos da generalidade da população activa, sem que tivesse que suportar os encargos com habitação (ainda morava na casa dos pais), alimentação e família (que não tinha e nem se sentia motivado a ter, apesar da crescente flexibilidade “contratual” que, neste domínio, o seu Governo queria também implementar).

Pensando que seria o período mais descansado, optara pelo horário da madrugada, das 0:00 às 6:00 da manhã, longe de supor que iria passar as noites com o número crescente de pessoas que transforma este tipo de serviços no confessionalário com que combatem o isolamento gerado pela actual vida em sociedade. Afinal, aqueles indivíduos que ligam e mandam sms para os chat e passatempos que passam de madrugada na televisão existem mesmo, não são uma mera montagem dos canais para ocupar os tempos mortos de emissão...

Logo a meio de Junho, poucos dias depois de iniciar funções, quase perdera o emprego porque não conseguira encontrar uma bomba com combustível disponível, por via do bloqueio que se



registava em várias cidades do País.

No final de Julho, ele e uma colega foram ameaçados com uma pistola à saída do trabalho por um casal dos seus quarenta anos, mas mais ágeis que muitos, a utilização daquele utensílio até lhe causava uma espécie de alergia no ouvido.

Menos mal o prejuízo, porque a verdade é que depois do início de funções, a utilização daquele utensílio até lhe causava uma espécie de alergia no ouvido.

Algumas semanas mais tarde, porém, um grupo de jovens larápios (assim os identificaram os clientes do café em frente a casa) arrombaram o carro que deixara estacionado há já algumas semanas – tornara-se um utilizador preferencial dos transportes públicos por economia de recursos – apenas para levar um par de óculos de

sol e uns ténis que deixara pousados no banco de trás.

Também aqui, o prejuízo era sobretudo de carácter sentimental uma vez que perdera a força e a companhia dos colegas com que fazia o seu jogging matinal, ainda antes do regresso a casa.

Por vezes, pensava se não deveria também ele emigrar, como o haviam feito antes outros nas mesmas condições.

Nas muitas conversas que tinha com o António, também ele engenheiro mas hoje a trabalhar numa organização internacional de natureza humanitária, colocava-lhe sistematicamente essa questão: E se eu fosse fazer campanha pelo sim ao Tratado de Lisboa num futuro Referendo na Irlanda?

O António, homem ponderado, dialogante e conciliador, deixava-lhe sempre o mesmo conselho: “Tem calma! Aguenta! É a vida, Zé!”

– (*) *Correspondente PL, Presidente CPS Braga, Economista*

Local

Notícias da Guarda

CPD do PSD critica visitas de partidárias “mal disfarçadas” de visitas “governamentais”

A Comissão Política Distrital do PSD da Guarda criticou hoje “visitas partidárias mescladas de visitas de Estado”, efectuadas por membros do Governo a instituições de solidariedade social do distrito, e que, para os sociais-democratas, podem ter fins eleitoralistas.

O líder distrital do PSD, Álvaro Amaro, disse em conferência de imprensa que, em Agosto, a secretária de Estado Adjunta da Reabilitação, Idália Moniz, visitou instituições em vários concelhos, acompanhada por dirigentes do PS sem comunicar a deslocação às Câmaras ou Juntas de Freguesia.

“Não tenho nada contra a que uma senhora secretária de Estado o seja de manhã e à tarde mude de fato, porque uma pessoa que é membro do Governo está 24 horas por dia, mas tenho contra

a falta de respeito”, disse o dirigente, lamentando que os autarcas não tenham sido informados da deslocação.

Com estas visitas, admitiu que possa haver “uma subsidiodependência que esta governação socialista possa estar a fazer, porque estamos a um ano de recolher votos”.

O presidente da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo (PSD), António Edmundo, também presente no encontro com os jornalistas, afirmou que o distrito assistiu, nos últimos tempos, a “visitas partidárias mescladas de visitas de Estado, às associações que não tiveram apoio [do Estado] para a obra realizada, mas estão agora a ser visitadas”.

Outro autarca presente, João Mourato (PSD), presidente da Câmara

de Mêda, questionou “por que razão a secretária de Estado não comunicou [a visita] às respectivas Câmaras?”.

“Isso é uma deselegância e esta situação nunca aconteceu na minha vida de autarca”, disse, em relação à deslocação de Idália Moniz.

“Não estou disponível para pagar dos meus impostos, visitas encobertas”, referiu, por considerar que “não foi uma visita de Estado”.

Segundo o autarca este “não é o melhor caminho” para o PS “ganhar as eleições” em 2009.

“Os indícios são de uma pouca-vergonha e nós não pactuamos com pouca-vergonha”, afirmou Álvaro Amaro, o líder social-democrata.

“Estamos a pouco mais de um ano de eleições e o PSD/Guarda não pode deixar de levantar estas questões, porque sabe que o PS é useiro e vezeiro

na utilização da máquina do Estado para fins político-partidários”, justificou o também presidente da Câmara de Gouveia.

O PSD também referiu que os protocolos que o Centro Distrital da Segurança Social tem celebrado nos concelhos com algumas associações para acompanhamento do Rendimento Social de Inserção (RSI) “deixa algumas dúvidas sobre o verdadeiro mandato das equipas que acompanham o RSI nos concelhos”.

“Tratando-se de actos administrativos geradores de direitos e de deveres, com despesa pública associada, deviam ser transparentes e do conhecimento público, o que não acontece, tendo sido negado o seu conhecimento a autarcas que os solicitaram”, refere o PSD. – **CPD/Guarda-PSD**



Notícias de Almeirim

Jantar-comício de balanço de mandato, do Vereador do PSD Pedro Pisco Santos

A Comissão Política de Secção de Almeirim do Partido Social Democrata, em parceria com a Comissão Política Distrital, vai promover no próximo dia 19 de Setembro de 2008, pelas 20h00m, no Salão Moinho de Vento (em Almeirim), um jantar-comício de balanço de mandato do Vereador do PSD na Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Pisco Santos e, que

contará com a presença do Prof. Dr. António Borges, Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata.

A pouco mais de um ano do importante desafio autárquico, este evento irá assinalar a reentré política do PSD de Almeirim, pelo que a sua presença se revestirá, para nós, de grande significado. O Concelho de Almeirim precisa de um PSD forte, que defenda os cidadãos e é por todos os Almeirinsenses que lutamos.

A Comissão Política Nacional não quis deixar de apoiar o nosso trabalho com a presença de uma das suas figuras mais destacadas.

O Prof. António Borges é Vice-Presidente da CPN/PSD e Professor Catedrático Convidado da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, onde é membro do Conselho Estratégico. É Doutor em Economia pela Universidade de Stanford (E.U.A.) e Presidente da Associação Europeia de



Corporate Governance. Foi Vice-Presidente da Goldman-Sachs, Dean e Professor do Insead e Vice-Governador do Banco de Portugal.

Certo de que não deixará de comparecer, e de difundir a iniciativa que é aberta a todos os cidadãos que queiram comparecer, apresentamos os

nossos melhores cumprimentos.

Por motivos de organização do evento agradecemos confirmação para o telemóvel 968091907 (Humberto Neves). O custo é de € 11,50 / pessoa, pagos na entrada.

- CPS/PSD - Almeirim e CPD/PSD - Santarém



Notícias de Braga

IMI verdadeiramente “OFENSIVO” para o Concelho

A Comissão Política do PSD de Braga e os seus Autarcas nos vários órgãos municipais, sempre defenderam a utilização prudente da fiscalidade municipal, tendo em vista conseguir o equilíbrio entre o interesse público e a salvaguarda dos cidadãos, especialmente em condições económicas tão adversas como as que hoje se vivem.

Em particular, em relação ao IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis há muito vimos defendendo que as taxas praticadas em Braga são verdadeiramente ofensivas para a realidade sócio-económica do Concelho e são uma autêntica “galinha de ovos de ouro” das Finanças Municipais, com taxas de crescimento anuais da receita sempre acima dos dois dígitos.

A esta luz, submetemos em Setembro último uma proposta tendente a uma redução mais significativa das taxas de IMI, quer para prédios urbanos (para 0,7%), quer para prédios urbanos avaliados à luz do novo Código do IMI (para 0,4%), que a equipa socialista de Mesquita Machado reprovou, optando por uma redução bastante mais conservadora (para 0,46%).

Perante tal atitude da maioria socialista, descer as taxas aplicáveis ao IMI de 2009 é, assim, uma obrigação para o Executivo Municipal, que poderá não acarretar sequer uma descida da receita cobrada pela Autarquia ou dos valores a pagar pelos Municípios (por via do fim da cláusula de salvaguarda).



Ainda assim, tendo presente que o Primeiro-Ministro José Sócrates anunciou publicamente que iria obrigar todas as Câmaras Municipais a reduzir as suas taxas de IMI para os 0,7% (para prédios urbanos) e 0,4% (para os prédios avaliados pelo novo Código), tendo mesmo feito aprovar no Conselho de Ministros de 10 de Julho último uma Proposta de Lei que alterava o Código do IMI para incorporar essa alteração, a proposta dos socialistas Bracarenses viola assim a decisão do Governo do Partido Socialista nacional sendo que, a ser legalmente exequível, isso atesta também que o Primeiro-

Ministro e o seu Governo são mais de falar do que fazer e que o pretense “pacote de medidas fiscais contra-cíclicas” não passa de mais um embuste sem efeitos práticos.

De notar também que submetendo a maioria socialista à reunião do Executivo da próxima Quinta-feira a proposta de ratificar a contracção de mais um empréstimo de curto prazo no valor de 1 milhão de Euros, para fazer face a dívidas a fornecedores e Juntas de Freguesia, esta situação atesta do contínuo degradar da situação financeira da Autarquia, sendo que o terceiro empréstimo de curto prazo da CMB no decurso do presente ano não será alheio às queixas apresentadas por vários Presidentes de Junta de Freguesia quanto aos atrasos nos pagamentos das participações nas refeições escolares. – CPS-Braga/PSD

Cascais Atlântico lança ArteMar Estoril

Estamos perante uma exposição de escultura internacional inédita em Portugal, dedicada ao mar, ambiente e qualidade de vida. Um dos maiores eventos gratuitos nacionais de escultura ao ar livre, no Passeio Marítimo da Costa do Estoril.

Cascais Atlântico, juntamente com a Câmara Municipal de Cascais e a Fundação Dom Luís I, promove entre 13 de Setembro e 1 de Novembro, no Passeio Marítimo da Costa do Estoril, a Edição número zero do ArteMar Estoril, uma exposição de escultura internacional inédita em Portugal, com obras que incorporam resíduos marítimos e/ou representam simbolicamente o mar. Esta iniciativa constitui um dos maiores eventos gratuitos nacionais de escultura ao ar livre.

O ArteMar Estoril tem por objectivo projectar a região e o país em que se insere através da arte, no domínio dos temas relacionados com o mar, o ambiente e a qualidade de vida. A Edição zero serve também para potenciar a primeira Edição, prevista para 2009, em concurso aberto a toda a população, ao contrário desta edição-piloto.

Os artistas representados na Edição zero – Dennis Oppenheim, Rotraut (Klein-Moquav), Júlio Quaresma, João Pedro Vale, Pedro Valdez Cardoso, Matthias Contzen e Carlos Nogueira – foram convidados pela Fundação D. Luís I, que assume a Direcção Artística do evento, por proposta da Comissária Luísa Soares de Oliveira.

A iniciativa decorre num local aprazível, ao longo dos dois quilómetros que constituem o paredão junto às praias das Moitas, Tamariz e Poça.

Para Carlos Carreiras, presidente da Cascais Atlântico e vice-presidente da Câmara Municipal de Cascais, “a ArteMar Estoril é uma iniciativa cultural inspirada na ligação de Cascais ao mar, com o objectivo de projectar o concelho em Portugal e no estrangeiro, bem como de contribuir para a promoção da escultura no plano nacional e externo. O êxito desta proposta implicará a caracterização de Cascais não só como espaço de lazer, associado às praias, mas também de cultura, aberto a projectos artísticos inovadores”.

Programa:

13 de Setembro - Inauguração da exposição
17:00 – Passeio para a comunicação social
18:00 – Passeio com os convidados

21:30 – Espectáculo “H2Fish – fábulas à nascente”
27 de Setembro – 21:30 Antestreia Filme “In Bruges”
11 de Outubro - 21:30 Filme “Pânico em Alto Mar”
25 de Outubro - 21:30 Filme “Apocalypso”

1 de Novembro – 21.30 Espectáculo “Ouver o Mar”

Calendário do Programa Educacional

(Para crianças dos 6 aos 12 anos)



Todos os dias do evento – 9:00 – 12:00/ 15:00 – 18:00

Prémio de 15 mil Euros

A primeira edição do projecto irá contemplar o lançamento de um Prémio ArteMar, a divulgar em 2009 junto dos estabelecimentos de ensino superior de artes plásticas a nível nacional e internacional. O valor pecuniário será de 15 mil Euros, a que acrescerá um Prémio do Público, no valor de cinco mil Euros.

O júri terá representantes da Câmara Municipal de Cascais, da Fundação D. Luís I, da Comissão de Honra e dos patrocinadores oficiais.

O trabalho premiado passará a ser propriedade da Câmara Municipal de Cascais, que ficará responsável pela manutenção e conservação da obra, destinada a um parque verde do concelho.

O programa educacional

Durante a exposição, será desenvolvido um programa Educacional Ambiental em colaboração com a EMAC – Empresa de Ambiente de Cascais – e outras entidades interessadas, com actividades para crianças, destinadas a realçar a importância do ambiente e a expandir as capacidades de observação e criatividade dos mais novos.

O programa decorrerá nas instalações da ArteMar Estoril, sob a forma de ateliés, nos quais as crianças produzirão esculturas e acessórios com resíduos reutilizáveis, provenientes das arribadas do mar, educando as crianças na política dos 4 R's (Redução, Reutilização, Reciclagem e Recuperação).



Notícias de Évora

Luís Rodrigues e outros deputados recusam deixar morrer o “PIN Skylander”

O deputado Luís Rodrigues e os seus colegas Hugo Velosa e Rosário Águas dirigiram ao Presidente da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento



Regional, o seguinte requerimento, relacionado com uma audição do Ministro da Economia e Renovação, sobre o “Pin Skylander” em Évora:

Recentemente foi tornado público que o projecto Skylander, previsto para Évora, foi suspenso pelo promotor, tendo sido transferido para outro país

da União Europeia, França.

Deste modo, ficou cancelado um investimento anunciado oficialmente pelo Governo, em 2006, classificado como PIN (projecto de Potencial Interesse Nacional) com um total de investimento de 125 milhões de euros, que perspectivava a criação de milhares de postos de trabalho. Nesta sequência, estranha-se as últimas declarações do Ministro da Economia e Inovação desvalorizando a suspensão do projecto de investimento do cluster aeronáutico, uma vez que desde 2006 declarou “empenho na facilitação da implementação do projecto Skylander”.

O GP/PSD questionou, por diversas ocasiões, o Governo sobre o processo burocrático e financeiro do respectivo projecto de investimento, assim como as causas dos sucessivos atrasos verificados ao longo dos últimos dois anos. As respostas obtidas foram unânimes, reiterando o empenho do Governo e da AICEP na facilitação da implementação do projecto, do mesmo modo que asseguravam o interesse em encontrar fontes de financiamento. Apenas em Janeiro de 2008 – última resposta obtida do MEI – é esclarecido que o “promotor não apresentou qualquer



candidatura”. Após esta data o Ministério da Economia e Inovação não disponibilizou qualquer outro esclarecimento aos requerimentos e perguntas apresentados sobre esta matéria.

Por outro lado, a Câmara Municipal de Évora, parte interessada no projecto de investimento, veio denunciar na comunicação social em Setembro de 2008, a falta de empenho do Governo português e das entidades nacionais responsáveis.

Perante afirmações vagas e contraditórias, entre Governo e autarca, assume toda a pertinência que este Parlamento seja esclarecido, com depoimentos adicionais, sobre um projecto outrora considerado essencial e agora desvalorizado pelo Governo.

O Governo tem a obrigação de

esclarecer os portugueses pela deslocalização do projecto Skylander de Portugal (Évora) para França (Lorraine), assumindo as suas responsabilidades políticas no insucesso de atracção deste IDE estruturante para Portugal e em particular para o Alentejo.

Neste sentido, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PSD requerem a audição, na Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, do Sr. Ministro da Economia e Inovação para completa elucidação dos contornos desta situação, bem como para o cabal esclarecimento dos acontecimentos, que levaram ao cancelamento deste volumoso projecto de investimento, «Skylander em Évora». – **Gab. Imp. GP/PSD**



Notícias de Lisboa

“Desleixo e abandono” no Bairro Alto denunciados pelo PSD/Lisboa

“Desleixo e abandono” do Bairro Alto por parte da autarquia exigem “medidas urgentes” para a insegurança e falta de limpeza urbana naquele bairro lisboeta.

“Se o País vive um dos piores períodos de insegurança da sua história, com toda a incapacidade do actual e anterior ministro da Administração Interna em enfrentar a onda de violência (...) o Bairro Alto é o pior exemplo em Lisboa”, afirmam os deputados municipais do PSD, que exigem da autarquia a “tomada de medidas urgentes”.

Para o PSD, as medidas urgentes a tomar pela autarquia deveriam passar por “um plano de salvaguarda a aprovar pela Assembleia Municipal”.

“A Câmara Municipal de Lisboa, ao contrário de qualquer outro município responsável, tem desprezado olímpicamente um dos seus bairros mais emblemáticos”, afirmam, lembrando que “nas ruas é visível o lixo por recolher” e “as paredes ao longo de todo o bairro cobertas de cartazes”.

“O Bairro Alto representa para Lisboa um dos seus principais patrimónios turísticos com uma grande actividade económica”, sublinha o PSD, lembrando que a insegurança tem obrigado os comerciantes a contratar “vigilância privada para defender a integridade física e património deles e seus clientes”.

Esta situação - sublinham os deputados municipais social-democratas - “representa um claro retrocesso no esforço que anteriores executivos vinham desenvolvendo no sentido da valorização do Bairro Alto e da total erradicação da publicidade selvagem e graffiti das paredes”. – **Fonte: Lusa**

Sintra celebra hoje o primeiro “Dia Mundial do Emigrante”

O Concelho de Sintra celebra hoje, pela primeira vez o Dia Municipal do Emigrante. Dança, gastronomia, capoeira, poesia, batuque e uma venda de artefactos tradicionais são as propostas para este dia, destinado a reconhecer a forte presença e contributo dos cidadãos imigrantes na vida local.

Abertas a toda a população, estas comemorações estendem-se ao dia 20 de Setembro, Sábado, de forma a tornar possível a participação das comunidades migrantes e das comunidades locais. Saliente-se que o Dia Municipal do Emigrante foi instituído no ano passado.

Assim, hoje, 17 a partir das 14H30, decorre na sala polivalente da Biblioteca Municipal de Sintra um debate sobre “A imigração e o movimento associativo em Sintra” e no dia 20 (Sábado) os jardins da Biblioteca são palco de uma verdadeira festa: dança, poesia, música, gastronomia, trajes tradicionais venda de artesanato e ainda de uma feira das associações.

A organização desta comemoração foi feita em conjunto com as várias associações que no concelho de Sintra trabalham junto dos cidadãos imigrantes e que, tal como a autarquia, pretendem que a participação nestas actividades – aberta a todos os municípios – constitua um momento de intercâmbio e de convívio fraterno entre as diversas comunidades.

“100 Anos da Região Demarcada de Colares”

A exposição “100 Anos da Região Demarcada de Colares – 1908/2008”, da responsabilidade da autarquia, na qual é apresentada a realidade vitivinícola da região de Colares dos últimos 100 anos até à actualidade, está patente ao público até ao dia 5 de Outubro, na Adegas Visconde de Salreu, em Colares.

Aos Domingos, das 16h00 às 18h00, decorrem provas de vinhos. Dia 21 de Setembro, convite ao público para participar gratuitamente num roteiro Cultural ao Centro Histórico de Colares ou numa visita guiada pelas Vinhas da Região. Pelas 13H00, a Adegas Regional de Colares abre as portas e convida para um churrasco, com actuação de um rancho folclórico e de uma banda filarmónica do concelho.

Dividida em 4 grandes temas (História, Região, Vinhos e as Pessoas e a Arte), é composta por imagens, textos explicativos e peças alusivas a esta temática cedidas pelas adegas e comerciantes da região, bem como pela recriação de algumas tarefas da viticultura.

Esta exposição pode ser visitada às sextas e sábados, das 16h00 às 22h00 e domingos das 16h00 às 20h00



Sintra com novo espaço social e cultural

A Associação Olho Vivo, em parceria com a Câmara Municipal de Sintra, inaugurou no dia 13 de Setembro, um novo espaço cultural, o Centro Intercultural – A Casa dos Povos e o Espaço Meg@activo, situado em Belas, com música e gastronomia dos cinco continentes.

O espaço será utilizado pela Associação Olho Vivo para o desenvolvimento de diversos projectos e acções na **área de inserção social** de crianças e jovens com comportamentos de risco (projecto Meg@activo, destinado a crianças e jovens dos 10 aos 24 anos), na **área de acolhimento e integração de cidadãos imigrantes** (cursos de língua portuguesa para estrangeiros, actividades de valorização da diversidade cultural, gabinete de informação e apoio à cidadania) e na **área de apoio social a famílias carenciadas** (instalação de uma loja social para apoio e distribuição de roupas e mobiliário).

A Câmara de Sintra cedeu, a título gratuito, estas instalações municipais à Associação Olho Vivo, que realizou obras de reparação/melhoramento do imóvel, obras também elas comparticipadas pela autarquia, que disponibilizou um apoio financeiro de 33.000€. – CMC, Gab. Imp.



Notícias do Porto

Solidariedade com produtores de Leite e Carne

A distrital do Porto do PSD manifestou hoje solidariedade com os produtores de leite e carne que se manifestaram esta manhã em Vila do Conde e acusou o Governo de ser “impermeável às queixas do sector”.

“A agricultura portuguesa e, em especial, a do Norte vive momentos de angústia em virtude das enormes dificuldades que está a sentir e que são agravadas por uma política ministerial absolutamente impermeável às queixas do sector e surda aos protestos dos agricultores”, refere o PSD/Porto, em comunicado.

Para os sociais-democratas, “a produção de leite terá de voltar a ser considerada prioritária”, pelo que o Governo deve apoiar o investimento no sector, que conduza à desejada competitividade.

“Ao nível de apoios financeiros, o Governo tem mexido em muita coisa e quase sempre mal”, refere o PSD/Porto, destacando “o cancelamento do subsídio à energia verde” e a “insistência no pagamento da taxa de audiovisual (por ramal), algo que nada tem a ver com a actividade agrícola”.

Cerca de 200 produtores de leite e carne manifestaram-se hoje de manhã em Vila do Conde contra a descida dos preços à produção, que, dizem, está a deixar os agricultores em “situação muito difícil”.

Em declarações à agência Lusa, o presidente da Associação de Produtores Leiteiros Nacionais disse que na concentração, junto ao estádio do Rio Ave, estavam agricultores sobretudo do Entre Douro e Minho, mas também do Douro Litoral e de Trás-os-Montes.

De acordo com Manuel Vilaça, em causa está a descida continuada do preço do leite e da carne ao produtor, sobretudo desde Junho.

“O preço do leite desceu cinco centímetros em Junho e mais dois centímetros este mês”, disse, salientando que, “neste momento, o preço por litro está nos 36 centímetros, quando até há algum tempo chegava aos 44 centímetros”.

Para os produtores, “há qualquer coisa que não bate certo”, já que em Dezembro, Janeiro e Fevereiro “não aparecia leite à venda ao consumidor”, o que fez disparar os preços, mas agora “está tudo a nadar em leite”.

“Não sei se é especulação por parte dos mercados ou se há outras manobras por trás para acabar com o cooperativismo e instalar o liberalismo económico”, afirmou Manuel Vilaça.

Segundo o produtor, a Lactogal, empresa produtora de leite e derivados a quem caberia “organizar melhor o



mercado e fazer o escoamento do produto”, não tem esclarecido os agricultores sobre o que se está a passar no mercado.

“Dizem que é problema das grandes superfícies. Estão a esquecer-se dos produtores e a olhar só para a parte comercial”, lamentou o dirigente associativo.

Este facto motivou os agricultores a aprovarem hoje, por aclamação, uma moção em que questionam a Lactogal sobre os motivos desta evolução dos preços. – **Fonte: Lusa**

CPD Porto lamenta desdém governamental pela expansão do “Metro”

A Comissão Política Distrital Alargada do PSD/Porto lamentou hoje o que considera ser uma falta de empenho político do Governo na expansão da rede de metro da área metropolitana portuense.

Em causa está, segundo sustenta o PSD em comunicado, o alegado desrespeito pelo memorando de entendimento que o Governo e a Junta Metropolitana do Porto (JMP) assinaram com vista à conclusão da primeira fase da rede de metro e ao lançamento do concurso para a segunda fase.

“Apesar dos esforços da JMP e da Metro do Porto, a verdade é que, politicamente, o Executivo de José Sócrates não tem dado (...) a atenção e o apoio que consideramos indispensáveis para o avanço da obra e cumprimento do memorando de

entendimento”, afirma o comunicado da estrutura social-democrata.

Além de manifestar o seu descontentamento “pela falta de empenho político do Governo” na expansão da rede, o PSD exorta o Executivo a assumir “uma maior proactividade relativamente a esta ambição da região”.

No texto, a Comissão Política Distrital Alargada manifesta ainda o seu “mais veemente protesto pela falta de consideração que, genericamente, o Governo tem revelado para com o distrito do Porto quando comparadas as obras que projecta realizar e já realiza na Área Metropolitana de Lisboa”.

O comunicado sintetiza a posição assumida, segunda-feira, à noite, numa reunião da estrutura alargada do PSD/Porto, composta por 80 dirigentes sociais-democratas do distrito e pelos presidentes das 18 concelhias do partido.

Ao inaugurar um novo troço da Linha Amarela do Metro, em Maio deste ano, o ministro dos Transportes e Comunicações, Mário Lino, escusou-se a adiantar uma data para o lançamento do denominado concurso global, que abrangerá toda a segunda fase do Metro do Porto.

“Desprezo” governamental pelo Norte, na área da Saúde

O presidente da distrital do PSD/Porto, Marco António Costa, acusou hoje o Governo de manifestar “desprezo pelo Norte” no que se refere à área da Saúde.

“Temos consciência de que a política de Saúde não está bem em Portugal, mas no Distrito do Porto ultrapassou todos os limites. Existem graves problemas nas unidades de saúde familiares e, em particular, no que concerne à carência de médicos de família”, considerou Marco António Costa, no final de uma reunião com a Ordem dos Médicos/Norte, liderada por Moreira da Silva.

Classificou de “péssima” a reorganização dos serviços de urgência e das maternidades, como o Centro Materno Infantil do Norte, e considerou que o desempenho dos hospitais EPE “está abaixo” das expectativas lançadas pelo executivo de José Sócrates.

“As listas de espera para cirurgia e consulta, nomeadamente oftalmologia, estão sempre a aumentar, contrariamente ao prometido pelo governo do PS. A política do medicamento e medidas para implementação de genéricos, infelizmente, continua muito aquém das promessas eleitorais sobre a política de saúde”, disse Marco António Costa.

Segundo o dirigente do PSD/Porto, a reunião com os responsáveis da secção regional do Norte da Ordem dos Médicos permitiu “obter dados sobre os problemas de saúde que flagelam o Distrito”, de forma a que os deputados eleitos pelo círculo do Porto - que estiveram presentes na reunião - possam introduzir esta problemática nas próximas sessões na Assembleia da República.

Segundo Marco António Costa, “a reorganização que está a ser feita pelo Estado para o Distrito do Porto nos serviços de urgência nesta Área Metropolitana está baseada apenas num factor: a lógica economicista”, facto que leva o PSD/Porto a ter “grandes reservas e preocupações, uma vez que se antevê uma significativa falta de assistência para um elevado número de cidadãos”.

Além disso, considerou, “o Centro Materno Infantil do Norte é, sem dúvida, um problema grave para toda a população” e, por isso, a Distrital do PSD/Porto vai solicitar uma reunião com a Administração do Centro Hospitalar do Porto, no Santo António, para obter informações detalhadas sobre este projecto, nomeadamente sobre as obras em curso nos hospitais de Santo António e no Maria Pia.

“Para que servem e quais são os objectivos destas empreitadas?” é a questão que o líder do PSD pretende ver esclarecida. - **CPD/Porto-PSD, / Lusa**

Governo do PSD não encerrará escolas por “razões economicistas”

O líder do PSD/Açores garantiu que um governo social-democrata não vai encerrar escolas por “razões economicistas”, mas apenas por falta de alunos, e defendeu que a regra deve ser a existência de “uma escola por freguesia”.

“Os primeiros anos de escolaridade devem ser desenvolvidos junto à família. Não fecharemos escolas por razões economicistas. Se fecharem é porque não têm alunos. [Deve haver] uma escola por freguesia como regra”, afirmou Costa Neves, no final de uma visita à escola básica e jardim-de-infância da Ribeirinha, na ilha do Faial, frequentada por 14 alunos no pré-primário e dez no ensino básico.

O líder social-democrata lamentou as reformas introduzidas pelo governo socialista na Educação, ao defender que estas “devem ser feitas com rigor e não no sentido do facilitismo, como tem sido feito”, referindo-se ao números “artificiais” do sucesso escolar.

Em declarações aos jornalistas, o presidente do PSD/Açores e candidato a presidente do governo regional, comprometeu-se a reduzir as turmas para o máximo de 20 alunos ou número inferior, caso integrem jovens com necessidades educativas especiais.

Costa Neves defendeu, também, que cada escola não deve ter mais do que 800 alunos e assegurou que, com um governo social-democrata, será disponibilizada a todos os alunos uma “refeição completa” por dia, “e a um custo ao inferior ao que tem hoje, superior ao de muitas cantinas universitárias do continente”.

O líder social-democrata criticou, ainda, o governo regional pela “agressão gratuita” de que têm sido alvo os professores por parte do executivo socialista.

O presidente do PSD/Açores aproveitou a ocasião para enaltecer o “grande esforço” dos órgãos de gestão das escolas nos Açores para iniciarem o ano lectivo com normalidade.

Governo “abandonou” classe média

O PSD/Açores considerou que o governo regional “abandonou” a classe média, ao fazer aprovar no parlamento uma proposta de redução do IRS que apenas abrange os dois primeiros escalões de rendimento.

“Os senhores, com essa proposta, abandonaram mais uma vez a classe média, abandonaram quem efectivamente paga impostos nesta região”, afirmou o deputado social-



democrata António Marinho, na Assembleia Legislativa dos Açores.

O parlamentar do PSD/Açores salientou que a proposta dos social-democratas, chumbada pelo PS, “mantendo os níveis de justiça social, iria beneficiar, de uma forma geral, as famílias açorianas”, designadamente a classe média.

Recorde-se que a proposta do PSD/Açores visava a redução das taxas de IRS em 30 por cento para todos os escalões de rendimentos, de forma a “abranger toda a classe média”, ao contrário da proposta do governo socialista, que classificou de “minimalista”.

“A proposta do governo, infelizmente, não vai beneficiar os açorianos nem introduzir maiores níveis de justiça social, limitando-se a dar umas migalhas”, sublinhou.

Governo “usa e abusa” de propaganda eleitoralista

O líder parlamentar do PSD/Açores afirmou hoje no parlamento que a governação socialista está “assente na propaganda e na imagem, esquecendo a realidade”.

Clélio Meneses, que falava na última sessão plenária da presente legislatura, disse que “o governo socialista não é dono das pessoas, das

suas vontades, das empresas, das associações, enfim, que não é dono dos Açores”, numa alusão ao “descaramento do presidente do governo e candidato socialista de distribuir o chamado kit autonómico”, em vésperas de eleições, “misturando, afrontosa e ridiculamente, acção governamental com campanha partidária”.

“A propaganda está cada vez mais requintada, e é agora feita a toque de música e com enfeites de fogo de artifício”, afirmou Clélio Meneses, que constatou a existência “de dois mundos diferentes: o mundo da realidade e da vida dos açorianos e o mundo da propaganda do governo”.

Dando alguns exemplos da “fúria da propaganda socialista, que não corresponde à verdade e à vida dos açorianos”, Clélio Meneses desmentiu a ideia de que “as famílias e empresas açorianas vivem num mar de rosas”, quando se vivem “tempos difíceis”, com o rendimento médio mensal dos açorianos “bastante inferior à média nacional” e com o custo de vida na Região a ser “muito mais alto do que no continente”.

O aumento da pobreza nos Açores foi outras das preocupações enunciadas pelo líder da bancada social-democrata, destacando a subida do número de beneficiários do

rendimento social de inserção, que ultrapassa os 18 mil no arquipélago.

Segundo Clélio Meneses, trata-se de um número que “sobretudo tendencialmente e dá aos Açores a maior taxa de atribuição do subsídio do país, com mais do dobro da média nacional”.

“A propaganda socialista repete que o PSD está contra as Portas do Mar e a via rápida da Terceira, não é verdade”, assegurou o líder parlamentar social-democrata, referindo que o partido é “a favor da construção do cais de cruzeiros em Ponta Delgada, mas está contra os dois milhões que se gastam em festas para promover a obra”, assim como está “a favor da remodelação da via rápida na Terceira, mas contra o despesismo e o exagero das passagens aéreas para vacas”.

O deputado social-democrata rebateu ainda a afirmação do PS de que “está cumprida a quase totalidade das promessas que apresentadas para os Açores”, recordando que “mais de uma centena e meia de promessas continuam por concretizar”.

Terceira está a sofrer de “esvaziamento” cultural

O PSD/Terceira considerou hoje “preocupante” a forma de “esvaziamento do poder cultural” que, actualmente, está a ser “posta em prática pelo governo regional, em relação à ilha Terceira”. A crítica social-democrata foi feita pelo seu líder de ilha que, após uma reunião com responsáveis do Instituto Histórico da Ilha Terceira (IHIT), revelou ser essa uma “evidência”, que se comprova “com a criação da figura do sub-director regional da cultura”.

Segundo António Ventura, essa foi a forma encontrada “pelo presidente do governo, que passou, recorde-se a tutelar directamente a cultura nos Açores”, poder, habilmente, começar a “centralizar em São Miguel” o poder anteriormente conferido à direcção regional da cultura “sedeada em Angra”, referiu.

O líder laranja mostrou também o desagrado social-democrata pela “falta de participação activa” que o governo atribuiu a algumas associações “culturais e que são motores da sociedade organizada na região”, pois “não sendo ouvidas em tempo útil e para fundamentar decisões”, e deu o exemplo do IHIT, deixam de ser “parceiros activos e efectivos nas políticas relacionadas com a cultura”, explicou – **Gab. Imp. PSD/Açores, fotos arquivo PL**



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda, para uma reunião ordinária, a realizar no próximo dia **29 de Setembro de 2008**, (segunda-feira), pelas **21h30**, na sede da Secção de Águeda, na Rua Joaquim Francisco de Oliveira, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Informações e actividades;
2. Análise da situação política e partidária.

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arcos de Valdevez, para reunir no próximo dia **26 de Setembro de 2008**, (sexta-feira), às **21h00**, na sede do Partido, no Centro Comercial Norte Vez (Cave), com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Informações
2. Análise da situação política.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para uma reunião ordinária, a realizar no dia **26 de Setembro de 2008** (sexta-feira), pelas **21h30**, no Hotel Turismo em Braga, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Emissão de parecer sobre a Candidatura à Câmara Municipal de Braga (nos termos do Art.º 50º, nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD;
3. Análise da situação política.

CONSTÂNCIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Constância para reunir no próximo dia **4 de Outubro de 2008**, (sábado), pelas **15h00**, na Sede Concelhia, sita na Rua Luís de Camões, nº 14, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política nacional;
2. Outros assuntos de interesse para a Secção.

GUISANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo de Guisande, para uma Assembleia Eleitoral, a realizar no dia **18 de Outubro de 2008**, (sábado), na sede do núcleo, sita no Largo de Casaldaça – Freguesia de Guisande – Concelho de Santa Maria

da Feira, pelas **16h00**, e com a seguinte:
Ordem de Trabalhos
Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Notas: A eleição decorrerá entre as 16h00 e as 18h00.

Só poderão ser eleitos e participar na votação, os militantes que tenham as suas quotas regularizadas até 10 dias antes da data do acto eleitoral e integrem o Caderno Eleitoral.

As listas das candidaturas, deverão ser entregues ao Presidente da Secção de Santa Maria da Feira, ou a quem o substitua, na sede do Núcleo, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a referida sede aberta para o efeito, naquele dia, das 22h00 às 24h00.

LOUSÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção da Lousã, para reunirem em Assembleia de secção no dia **17 de Outubro de 2008**, (sexta-feira), pelas **17.00 horas** no Auditório da Biblioteca, sito na Av. Coelho da Gama, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 17.00 horas e as 23.00 horas.

As listas das candidaturas, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia na Residencial Martinho, Rua do Movimento das Forças Armadas. 3200 -249-Lousã até às 24.00 horas do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção, para uma reunião extraordinária a realizar na sede concelhia, sita na Av. 1º de Maio, no próximo dia **3 de Outubro de 2008**, (sexta-feira), pelas **20h30**, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política concelhia;
2. Análise da situação política nacional;
3. Informações diversas.

RESENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Resende, para reunir, no próximo dia **18 de Outubro de 2008**, (sábado), entre as **17h00 e as 20h00**, em Resende, na Sede Concelhia, na Rua José Monteiro, nº 39, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o substitua, até às

24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 17h00 às 20h00.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Santarém, para reunir no próximo dia **3 de Outubro de 2008**, (sexta-feira), pelas **21h00**, na sala Aljustrel, do Hotel Cinquentenário, situado na Rua Francisco Marto, nº 175, em Fátima, concelho de Ourém, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. Discussão e votação da estratégica autárquica distrital.

SECÇÃO H

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção H, para uma assembleia a ter lugar no próximo dia **25 de Setembro de 2008**, (quinta-feira), pelas **21h30**, na sede da Secção, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação e votação das contas referente aos anos de 2006 e 2007;
2. Análise da situação política.

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Seia, para reunir no próximo dia **17 de Outubro de 2008**, (sexta-feira), pelas **20h00**, na sede sita na Av. 1º Maio, nº 2-2º-Esq., com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas de candidatos deverão ser apresentadas, ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 20h00 às 23h00.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Seixal, para reunir no próximo dia **3 de Outubro de 2008** (sexta-feira), pelas **21h00** na sede concelhia, sita na Rua M.F.A., 11, Paivas, em Amora, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária.

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, a realizar na sede do PSD de Torres Novas, sita na Rua do Conde, nº 38-1º, no próximo dia **3 de Outubro de 2008**, (sexta-feira), pelas **21h00** (não

estando reunido o quórum deliberativo previsto no ponto 1., do artigo 66º, dos Estatutos, a Assembleia de Secção, nos termos do ponto 2., do mesmo artigo, reunirá trinta minutos após a hora fixada, com competência deliberativa e com qualquer número de presenças), com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Leitura, discussão e votação da acta da assembleia anterior;
2. Apreciação do perfil a candidato às eleições autárquicas 2009;
3. Análise da situação política local e nacional.

VILA DO BISPO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se um Plenário de Secção para reunir no dia **3 de Outubro de 2008**, (sexta-feira), pelas **21h00**, no Aparthotel Dom Tenório em Sagres, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação da actuação da Comissão Política de Secção;
2. Análise da situação político-partidária;
3. Outros assuntos.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir no dia **24 de Outubro de 2008**, (sexta-feira), pelas **18h00**, na sede do PSD, sita na Rua da Boavista nº 11, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas: 1 – As candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos: a) Ser apresentadas por listas completas para cada órgão, com o nome, número de militante e número do B.I. de cada candidato; b) Ser propostas por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição; c) Ser acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou conjuntamente;

2 - As listas candidatas, deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia respectiva ou a quem estatutariamente o substitua, na sede, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral.

3 - As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, a realizar na sede do PSD de Torres Novas, sita na Rua do Conde, nº 38-1º, no próximo dia **3 de Outubro de 2008**, (sexta-feira), pelas **21h00** (não estando reunido o quórum deliberativo previsto no ponto 1., do artigo 66º, dos Estatutos, a Assembleia de Secção, nos termos do ponto 2., do mesmo artigo, reunirá trinta minutos após a hora fixada, com competência deliberativa e com qualquer número de presenças), com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

4. Leitura, discussão e votação da acta da assembleia anterior;
5. Apreciação do perfil a candidato às eleições autárquicas 2009;
6. Análise da situação política local e nacional.

VILA DO BISPO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se um Plenário de Secção para reunir no dia **3 de Outubro de 2008**, (sexta-feira), pelas **21h00**, no Aparthotel Dom Tenório em Sagres, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

4. Apreciação da actuação da Comissão Política de Secção;
5. Análise da situação político-partidária;
6. Outros assuntos.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir no dia **24 de Outubro de 2008**, (sexta-feira), pelas **18h00**, na sede do PSD, sita na Rua da Boavista nº 11, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas: 1 – As candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos: a) Ser apresentadas por listas completas para cada órgão, com o nome, número de militante e número do B.I. de cada candidato; b) Ser propostas por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição; c) Ser acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou conjuntamente;

2 - As listas candidatas, deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia respectiva ou a quem estatutariamente o substitua, na sede, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral.

3 - As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Secção para reunir no dia **31 de Outubro de 2008** (sexta-feira), pelas **19h00**, na sede do PSD de Vizela, sita na Rua Fonseca e Castro, nº 7, na freguesia de S. João, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário da Secção de Vizela.

Notas: As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respectiva ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede do órgão respectivo, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

**OVAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção Concelhia da JSD de Ovar, para o dia 17 de Outubro de 2008, pelas 18h00, a realizar na Sede Concelhia do PSD/Ovar, sita na Rua Ferreira de Castro, n.º 84 – 1.º Esq., 3880-218 Ovar, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção Concelhia e Mesa do Plenário da JSD/Ovar.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD/Ovar, sita na morada supra citada, respeitando os Estatutos Nacionais da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 18 horas às 21h30.

A Presidente da Mesa de Secção (Tânia Pinto)

CONSELHO DISTRITAL DA JSD DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD do Porto, para reunir no próximo dia 3 de Outubro de 2008, pelas 22 horas, na Junta de Freguesia da Vila das Aves, sita na Avenida 4 de Abril de 1955, n.º 251, em Vila das Aves – Santo Tirso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Apresentação do Programa Eleitoral Autárquico;
- 3 – Análise da situação política.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital (André Cardoso)

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Porto, para uma reunião dia 8 de Outubro de 2008, pelas 21 horas, na Sede Distrital do PSD Porto, sita na Rua de Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Análise da situação política actual.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção (Isabel Pinho)

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Ponte da Barca, para reunir

no próximo dia 24 de Outubro de 2008 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede da Junta de Freguesia de Touvedo S. Salvador, Ponte da Barca, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa do Plenário (Osvaldo José Folha Gomes)

CONSELHO DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD, venho por este meio convocar o Conselho Distrital de Setúbal Extraordinário, a ter lugar no próximo dia 24 de Setembro de 2008, pelas 21 horas, na Sede Concelhia de Almada do PSD, sita na Rua Clube Campismo de Almada, n.º 6 A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Marcação do Conselho Distrital Eleitoral;
- 3 – Análise da Situação Política.

A Presidente da Mesa (Neuza Alves Salgueiro)

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção da Comissão Política de Vila Nova de Gaia, para o próximo dia 25 de Outubro de 2008, pelas 14h30, na Sede do PSD/Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Secção.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 14h30 às 16h30.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD Gaia (Noel Gonçalves)

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos da JSD, a Mesa do Plenário de Secção da JSD Viseu, convoca o Plenário de Secção de Viseu para uma reunião a realizar no dia 18 de Outubro de 2008, pelas 17 horas, na Sede do PSD Viseu, sita no Rossio, n.º 14, 2.º andar, 3510 Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção de Viseu da JSD.

Nota:

As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorre entre as 17 horas e as 18h30.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Viseu da JSD (Pedro Carvalho Ruas)

PROPOSTA DE REGULAMENTO DO XX CONGRESSO NACIONAL DA



Artigo 1.º

(Local e data)

O XX Congresso Nacional da JSD reunirá nos próximos dias 28, 29 e 30 de Novembro de 2008 em _____.

Artigo 2.º

(Ordem de Trabalhos)

1. A ordem de trabalhos do Congresso será a seguinte:
 - a. Apreciação do Relatório de Actividades da Comissão Política Nacional.
 - b. Apresentação e discussão das Moções de Estratégia Global e das Propostas Políticas Sectoriais.
 - c. Votação das Propostas Políticas Sectoriais.
 - d. Eleição dos Órgãos Nacionais e aprovação da Moção de Estratégia Global.
 - e. Encerramento.
2. A ordem de trabalhos só poderá ser alterada nos termos previstos no presente regulamento.

Artigo 3.º

(Organização)

1. Nos termos do n.º 2 do artigo 48.º dos Estatutos Nacionais da JSD (ENJSD), a organização do Congresso será assegurada por uma Comissão Organizadora, composta por:
 - a. Secretário-Geral da JSD, que presidirá.
 - b. Cinco outros militantes, a designar pela CPN.
2. Para além das tarefas que lhe forem especialmente confiadas pelo presente regulamento, competirá à Comissão Organizadora praticar todos os actos necessários à realização do Congresso, com excepção dos que sejam da competência, nomeadamente do Secretário-Geral da JSD e do Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD.
3. As deliberações da Comissão Organizadora serão tomadas pela maioria dos seus membros.
4. De todos os actos da Comissão Organizadora caberá recurso a interpor ao Conselho de Jurisdição Nacional da JSD.
5. Em qualquer altura a Mesa do Congresso Nacional poderá solicitar apoio à Comissão Organizadora.

Artigo 4.º

(Delegados ao Congresso)

1. Só poderão ser eleitos Delegados ao Congresso, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 47.º dos Estatutos Nacionais da JSD os militantes inscritos na JSD há pelo menos um ano.
2. São ainda delegados ao Congresso com direito a voto, os membros em efectivo e regular exercício de funções nos órgãos previstos nas alíneas b), c) e d) do número 1 do artigo 47º dos ENJSD.
3. Participam no Congresso sem direito de voto os membros em efectivo e regular exercício de funções nos órgãos previstos no número 2 do artigo 47º dos ENJSD.

Artigo 5.º

(Substituições)

1. Os delegados ao Congresso referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 47º dos ENJSD podem ser substituído pelo primeiro candidato não eleito da lista em que foi eleito, ou no caso de inexistência ou impossibilidade deste, pelos suplentes da lista de acordo com a respectiva ordem.
2. As substituições seguem os mesmos trâmites das inscrições e são efectuadas durante o prazo previsto para estas.
3. Os restantes delegados ao Congresso referidos no n.º 1 do artigo 47.º podem ser substituídos por membros da lista do órgão a que pertencem desde

que o façam no prazo previsto para a inscrição.

Artigo 6.º

(Acumulação)

1. Os militantes que forem delegados ao Congresso a mais de um título devem optar pela condição em que participam no congresso na data da inscrição.
2. A opção prevista no número anterior é definitiva.

Artigo 7.º

(Delegação de Poderes)

1. Os Delegados representantes de secções ou órgãos das Regiões Autónomas podem delegar os seus poderes em qualquer outro Delegado representante da mesma Região Autónoma.
2. As delegações previstas no número anterior devem ser feitas por escrito e comunicadas à Mesa do Congresso Nacional da JSD, até ao início dos trabalhos do Congresso.
3. Cada Delegado poderá somente ser detentor de 3 votos delegados.

Artigo 8.º

(Eleição dos Delegados ao Congresso)

1. Os delegados a que se refere a alínea a) do número 1 do artigo 47º dos ENJSD são eleitos em lista fechada por sistema proporcional e método de Hondt nos plenários de secção, nos termos do disposto nos ENJSD e no Regulamento Eleitoral da JSD.
2. As listas devem ser compostas por um número mínimo de candidatos efectivos igual ao número de delegados a eleger e devem incluir suplentes em número não superior ao de efectivos.
3. As listas deverão ser assinadas por todos os candidatos efectivos e suplentes e deverão ser propostas nos termos previstos no artigo 23º dos Estatutos Nacionais da JSD.
4. A eleição dos delegados ao Congresso da JSD representantes das Regiões Autónomas é feita de acordo com o disposto nos estatutos próprios da JSD/Madeira e JSD/Açores.

Artigo 9.º

(Rateio de Delegados)

1. Os 600 Delegados são rateados nos termos da alínea a) número 1 do artigo 47º dos Estatutos Nacionais da JSD, de acordo com o Anexo I ao presente regulamento de que faz parte integrante.
2. Assegurar-se-á a representatividade mínima de um delegado por cada Secção que tenha, no mínimo, 20 militantes à data do Conselho Nacional que aprova o presente regulamento.
3. Findo o prazo para entrega das Actas das Eleições dos Delegados ao XX Congresso Nacional da JSD, a Comissão Organizadora pode redistribuir os delegados em falta, seguindo o rateio referido no número 1 do presente artigo.

Artigo 10.º

(Observadores)

1. Poderão assistir ao XX Congresso Nacional da JSD, na qualidade de Observadores, os militantes da JSD, num limite máximo a definir pela Comissão Política Nacional da JSD.
2. A Comissão Política Nacional da JSD rateará lugares de Observadores pelos Distritos e Regiões Autónomas, de acordo com a sua representatividade em termos de número de Delegados ao Congresso.
3. A inscrição é feita pela entrega junto da Mesa do Congresso de um boletim de inscrição devidamente preenchido e assinado por cada Observador, acompanhado obrigatoriamente pelo pagamento da taxa de inscrição, dentro do prazo estabelecido, no valor de 55 .

4. A inscrição dos observadores será feita pelos próprios ou por intermédio das respectivas Comissões Políticas de Secção, Distrital ou Regional.
5. O não acompanhamento da taxa de inscrição, prevista no número 3 do presente artigo determina a recusa automática da inscrição.
6. Serão ainda observadores os militantes convidados pelos Órgãos Nacionais da JSD, membros e militantes honorários da JSD.

Artigo 11.º
(Inscrição)

1. Todos os delegados ao Congresso devem ser inscritos perante a Mesa do Congresso, que funcionará na Sede Nacional da JSD, até às 18 horas do dia previsto no cronograma (Anexo II), que faz parte integrante do presente regulamento.
2. A inscrição será feita pela entrega junto da Mesa do Congresso Nacional da JSD de um boletim de inscrição devidamente preenchido e assinado por cada delegado, acompanhado obrigatoriamente pelo pagamento da taxa de inscrição no valor de 55 €.
3. O não acompanhamento da taxa de inscrição, prevista no número anterior implica a recusa automática da inscrição do delegado.
4. A inscrição dos delegados ao Congresso é feita pelos próprios, directamente ou por intermédio das Comissões Políticas de Secção, Distritais e Regionais.
5. Na data de inscrição os delegados devem indicar em que Área Temática Prioritária se pretendem inscrever.
6. A recusa da inscrição por parte da Mesa do Congresso é fundamentada por escrito, cabendo recurso da decisão para o Conselho de Jurisdição Nacional.

Artigo 12.º

(Lista dos Congressistas)

1. A lista dos Congressistas será divulgada no “Povo Livre” e no site da JSD, no dia previsto no cronograma anexo.
2. Qualquer militante pode recorrer da lista definitiva até às 18 horas do dia previsto no Anexo II.
3. As impugnações a que se refere o número anterior devem ser interpostas perante o CJN, que decidirá até ao início dos trabalhos do XX Congresso Nacional da JSD.

Artigo 13.º

(Moções de Estratégia Global)

1. As propostas de Moção de Estratégia Global são subscritas por candidatos a Presidente da Comissão Política Nacional, devendo ser entregues até ao final do prazo previsto para entrega de candidaturas à CPN.
2. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global subscrita pelo candidato mais votado a Presidente da Comissão Política Nacional.

Artigo 14.º

(Áreas Temáticas Prioritárias)

1. O XX Congresso Nacional da JSD assume como Áreas Temáticas Prioritárias (ATP):
 - a. Educação e Empregabilidade.
 - b. Reorganização do Funcionamento da JSD.
 - c. Ambiente, Energia e Alterações Climáticas.
 - d. Portugal no Mundo.
 - e. Comportamentos de Risco.
 - f. Portugal 2030 – Que desígnio?
2. As Propostas Políticas Sectoriais (PPS) referentes às ATP referidas no número anterior são subscritas pelos Conselhos Regionais, Distritais ou, por um mínimo de 30 Delegados, no prazo previsto no Anexo II, podendo cada Conselho Regional, Distrital ou cada Delegado apenas ser primeiro subscritor de uma PPS.
3. As PPS serão apresentadas no primeiro dia de trabalhos do Congresso Nacional da JSD perante os delegados que se inscrevem nas ATP.
4. Após a apresentação das PPS será eleito pelos delegados inscritos na ATP o Relator a quem caberá:
 - a. Rever e compatibilizar as PPS.
 - b. Dirigir os trabalhos da ATP de que é Relator.
 - c. Dirigir a votação dos documentos apresentados na ATP no caso de não se verificar existência de consenso.
 - d. Apresentar ao Congresso a Proposta Final da ATP.
5. Podem participar nos trabalhos das ATP observadores e convidados, não tendo direito de voto, nem na eleição do Relator nem na votação da Proposta Final da ATP.
6. Poderão ser propostas outras ATP desde que propostas por 100 delegados ao Congresso, ou subscritas por 5 Comissões Políticas Regionais e/ou Distritais.

Artigo 15.º

(Fiscalização da Actividade da CPN)

1. Após a apresentação do Relatório de Actividades e Contas pela CPN iniciar-se-á o processo de fiscalização da actividade do mandato nos seguintes termos:

- a. Qualquer delegado poderá formular perguntas de resposta obrigatória por parte da CPN, não devendo exceder 1 minuto para o efeito.
- b. Cada delegado pode formular quatro questões à CPN.
- c. No terceiro dia anterior ao início dos trabalhos do XX Congresso será disponibilizado no site da JSD um espaço de perguntas on-line.
- d. A CPN dispõe de 2 minutos para responder a cada uma das perguntas formuladas.

Artigo 16.º

(Listas Candidatas aos Órgãos Nacionais)

1. As listas candidatas aos Órgãos Nacionais deverão ser entregues na Mesa do Congresso Nacional até ao fim dos trabalhos do primeiro dia do Congresso.
2. Cada lista é subscrita por pelo menos 50 Delegados que não a integrem, devendo um dos Delegados ser indicado como primeiro subscritor.
3. São recusados pela Mesa do Congresso as listas que não obedeçam aos requisitos fixados pelos ENSD ou pelo presente regulamento ou que não venham acompanhados de declaração de aceitação de candidatura de todos os seus elementos, efectivos e suplentes.
4. As listas candidatas à CPN deverão conter os nomes dos candidatos, bem como as designações do candidato a Presidente da CPN, dos candidatos a Vice-Presidentes da CPN, do candidato a Secretário-Geral da CPN, candidatos a Vogais da CPN e um mínimo de 5 suplentes.
5. As listas candidatas ao Conselho Nacional deverão conter 55 elementos efectivos e um mínimo de 14 suplentes até um máximo de 55, todos indicados de acordo com a ordem de Eleição.
6. As listas candidatas ao CJN deverão conter 7 elementos efectivos e 3 suplentes devidamente ordenados, designando o candidato a Presidente.
7. As Listas candidatas à Mesa do Congresso Nacional da JSD deverão conter 5 elementos efectivos e dois elementos suplentes, designando os candidatos a Presidente, Vice-Presidentes e Secretários.
8. Nenhum militante pode integrar mais do que uma lista candidata ao mesmo órgão.
9. As listas são afixadas durante o 2º dia do Congresso Nacional da JSD, após confirmação por parte da Mesa do Congresso Nacional da regularidade dos processos.
10. Qualquer lista poderá ser retirada a todo o momento, mediante a entrega na Mesa do Congresso de um pedido nesse sentido subscrito pelo primeiro subscritor e pelo primeiro membro da lista candidata ou pelo Candidato a Presidente do Órgão, consoante os casos.

Artigo 17.º

(Mesa do Congresso)

1. Compete à Mesa do Congresso, para além de outras funções que lhe sejam atribuídas pelos estatutos e pelo regulamento, declarar a abertura e o encerramento do Congresso, dirigir os trabalhos e receber todas as propostas que devem ser discutidas e votadas em Congresso.
2. Das deliberações da Mesa do Congresso cabe recurso com fundamento em violação de qualquer norma legal, estatutária ou regulamentar a interpor perante o CJN.
3. Das deliberações da Mesa do Congresso tomadas no decorrer dos trabalhos cabe recurso com fundamento em inconveniência ou demérito para o Congresso.
4. As deliberações da Mesa serão tomadas pela maioria dos membros.

Artigo 18.º

(Poderes dos Delegados)

Constituem poderes dos Delegados ao XX Congresso Nacional da JSD:

- a. Usar da palavra, observando as disposições deste regulamento;
- b. Participar nas votações;
- c. Apresentar reclamações;
- d. Pedir ou dar explicações ou esclarecimentos.

Artigo 19.º

(Uso da palavra)

A distribuição dos tempos de intervenção processa-se da seguinte forma:

- a. O Presidente da Comissão Política Nacional usará da palavra, sem limite de tempo, no início do debate.
- b. Os Presidentes das Comissões Políticas Regionais e Distritais dispõem de 15 minutos.
- c. O 1.º subscritor das Moções de Estratégia Global dispõe de 30 minutos.
- d. Os relatores das ATP dispõem de 15 minutos para apresentarem as Propostas Finais da ATP.
- e. Aos restantes oradores será atribuído o tempo que resultar da divisão do tempo disponível pelos inscritos.
- f. A palavra para esclarecimento limitar-se-á à formação sintética da pergunta e respectiva resposta por um período não superior a 1 minuto.
- g. A palavra para perguntas à Mesa e para reclamações (dirigidas necessariamente à Mesa) será concedida por um período não superior a 1 minuto.

PROPOSTA DE REGULAMENTO DO XX CONGRESSO NACIONAL DA JSD

Artigo 20.º

(Quórum, Votações e Eleições)

1. O Congresso só poderá deliberar estando presente mais de metade dos seus membros em efectividade de funções.
2. Todas as votações serão públicas, salvo as que se referem a eleições, as quais deverão ser fiscalizadas por delegados das listas concorrentes.
3. Serão consideradas aprovadas as propostas que reúnam a seu favor mais de metade de votos expressos, excluindo os votos brancos e nulos.
4. Será eleita, para a Comissão Política Nacional e Mesa do Congresso a lista candidata que obtiver maior número de votos.
5. As eleições para o Conselho Nacional e Conselho de Jurisdição Nacional serão realizadas por sistema proporcional e método de Hondt.

Artigo 21.º

(Ratificação do Regulamento pelo Congresso)

1. O Congresso tem poderes para ratificar o presente regulamento nos termos estabelecidos neste artigo e em tudo o que diga respeito ao seu funcionamento.
2. Serão considerados ratificados todos os artigos, números ou alíneas em relação aos quais não seja depositada na Mesa do Congresso, no prazo de 15 minutos a contar da abertura do Congresso um requerimento de sujeição e rectificação assinados por 50 Delegados e contendo o texto posto em alternativa.
3. O requerimento a que se refere o número anterior será obrigatoriamente aceite pela Mesa, desde que obedeça aos requisitos aí fixados.
4. O primeiro subscritor do requerimento ou quem este indicar terá dois minutos para justificar o texto alternativo face ao texto do Regulamento aprovado.
5. O texto alternativo proposto no requerimento de sujeição e ratificação será considerado e aprovado se este for aprovado por mais de metade dos

congressistas em efectividade de funções.

Artigo 22.º

(Delegação de Poderes)

1. O Congresso Nacional poderá de acordo com a alínea f) do número 1 do artigo 46º dos Estatutos Nacionais delegar alguns dos seus poderes no Conselho Nacional se para tal for aprovada uma proposta nesse sentido por maioria simples dos Delegados presentes.
2. A proposta de delegação de poderes deverá ser apresentada durante a discussão das matérias a que diz respeito e terá de ser subscrita por um mínimo de 50 delegados.
3. A proposta de delegação de poderes será justificada pelo primeiro subscritor durante o máximo de 3 minutos, devendo ser votada de imediato sem discussão.

Artigo 23.º

(Interpretação e Integração de Lacunas)

1. Só o CJN tem competência para, com força vinculativa, interpretar as disposições e integrar as lacunas do presente regulamento.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior a Mesa do Congresso tem competência para interpretar e integrar lacunas do presente regulamento feitas, cabendo recurso para o Conselho de Jurisdição Nacional.

ANEXO II

Conselho Nacional da JSD	13 de Setembro
Publicação do Regulamento do XX Congresso da JSD no “Povo Livre”	17 de Setembro
Entrega das Convocatórias para a Eleição dos Delegados na Sede Nacional da JSD	19 de Setembro até às 18h00
Publicação das Convocatórias para a Eleição dos Delegados	24 de Setembro
Eleição dos Delegados ao XX Congresso da JSD	25 de Outubro
Prazo para Entrega das Actas Eleitorais	Até 30 de Outubro até às 18h00
Prazo para Inscrição dos Congressistas e Observadores	05 de Novembro até às 18h00
Entrega das Propostas Políticas Sectoriais	07 de Novembro até às 18h00
Publicação da Lista Provisória de Congressistas (site JSD)	14 de Novembro
Publicação das Propostas Políticas Sectoriais	14 de Novembro até às 18h00
Publicação da Lista de Congressistas	14 de Novembro
Prazo final para reclamação ao CJN de qualquer omissão ou incorrecção nas listas de Congressistas	19 de Novembro
Painéis de discussão das Áreas Temáticas Prioritárias	22 de Novembro
XX Congresso Nacional da JSD	28,29 e 30 de Novembro